

Ref.ª. a) – Dois (2) postos de trabalho da Carreira/Categoria de Assistente Técnico – Secção de Recursos Humanos – Divisão de Administração e Finanças (DAF).

Prova de Conhecimentos (PC)

Provas de conhecimentos que visam avaliar os conhecimentos académicos e ou profissionais e a capacidade para aplicar os mesmos a situações concretas no exercício de determinada função, incluindo o adequado conhecimento da língua portuguesa;

As provas serão valoradas numa escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas.

A Prova de Conhecimentos Escrita (PCE) visa analisar os conhecimentos académicos e ou profissionais, bem como domínio que os candidatos detêm da legislação aplicável à atuação técnica. A prova terá a duração de 90 minutos com 15 minutos de tolerância. A PCE incidirá sobre os seguintes Temas:

TEMAS A CONSTAR NA PROVA DE CONHECIMENTOS:

- Processamento de remunerações, suplementos remuneratórios, prestações sociais e outras prestações pecuniárias
- Mapa de Pessoal
- Férias
- Assiduidade: Férias, faltas e licenças
- Parentalidade
- Vínculos, Carreiras e Remunerações
- Incompatibilidades e Impedimentos
- Instrumentos de Regulação Coletiva
- Trabalho Suplementar
- Ajudas de Custo
- Procedimentos Concursais
- Avaliação de Desempenho
- Estágios Profissionais e Curriculares
- Mobilidade
- Formação
- Período Experimental
- Funcionamento Geral da Administração Pública e Local

BIBLIOGRAFIA OU LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA NECESSÁRIA À PREPARAÇÃO DOS TEMAS ANTERIORMENTE MENCIONADOS:

- Decreto-Lei nº 118/83, de 25 de fevereiro, na versão consolidada, diploma que regulamenta o funcionamento e esquema de benefícios da Direção-Geral de Proteção Social aos Trabalhadores em Funções Públicas (ADSE);
- Decreto Lei n.º 498/72, de 9 de dezembro, na versão atualizada, diploma que aprova o Estatuto da aposentação dos funcionários e agentes;
- Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, aprovado pela Lei n.º Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro (versão consolidada);
- Tabelas de retenção do IRS para 2020, ou as em vigor à data da prova;

- Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro, na versão atualizada, diploma que aprova o Código do IRS;
- Portaria n.º 128/2009, de 30 de janeiro, na versão atualizada, diploma que regula as medidas «Contrato emprego-inserção» e «Contrato emprego-inserção +»;
- Decreto-Lei n.º 290/2009, de 2009-10-12 alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 108/2015, de 17 de junho, Aprova o regime jurídico de concessão de apoio técnico e financeiro para o desenvolvimento das políticas de emprego e de apoio à qualificação das pessoas com deficiência e incapacidades e o regime de concessão de apoio técnico e financeiro aos centros de reabilitação profissional de gestão participada, às entidades de reabilitação, bem como a credenciação de centros de recursos do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P., e a criação do Fórum para a Integração Profissional;
- Tabelas de transição para as novas posições remuneratórias – carreiras gerais;
- Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro, diploma que aprova a tabela remuneratória única dos trabalhadores que exercem funções públicas, contendo o número de níveis remuneratórios e o montante pecuniário correspondente a cada um e atualiza os índices 100 de todas as escalas salariais;
- Portaria n.º 1553-D/2008, de 31 de dezembro, alterada pela Portaria n.º 1458/2009, de 31 de dezembro e pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, que procede à revisão anual das tabelas de ajudas de custo, subsídios de refeição e de viagem, bem como dos suplementos remuneratórios, para os trabalhadores em funções públicas e atualiza as pensões de aposentação e sobrevivência, reforma e invalidez;
- Decreto-Lei n.º 29/2019, de 20 de fevereiro, diploma estabelece a atualização da base remuneratória da Administração Pública;
- Decreto-Lei n.º 106/98, de 24 de abril, que estabelece normas relativas ao abono de ajudas de custo e de transporte pelas deslocações em serviço público, na versão atualizada;
- Decreto-Lei n.º 57-B/84, de 20 de fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 70-A/2000, de 5 de maio, que estabelece o novo quantitativo e regime de subsídio de refeição a atribuir aos funcionários e agentes da administração central e local, bem como dos organismos de coordenação económica e demais institutos públicos que revistam a natureza de serviços personalizados ou de fundos públicos;
- Lei n.º 2/2004 de 15 de janeiro, na redação dada pela Lei n.º 64/2011 de 22 de dezembro, aplicável à Administração Local pela Lei n.º 49/2012 de 29 de agosto - Aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado;
- Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, diploma que procede à adaptação à administração local da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, e 64/2011, de 22 de dezembro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado;
- Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril - Regulamenta a tramitação do procedimento concursal;
- Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro - Estabelece o programa de regularização extraordinária dos vínculos precários;
- Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro - Estabelece o sistema de quotas de emprego para pessoas com deficiência, com um grau de incapacidade funcional igual ou superior a 60%, em todos os serviços e organismos da administração central, regional autónoma e local;
- Lei n.º 66 – B/2007 de 28 de dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 64 – A/2008 de 31 de dezembro, 55 – A/ 2010 de 31 de dezembro e 66 – B/2012 de 31 de dezembro - Estabelece o sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na administração pública;

- Decreto regulamentar n.º 18/2009 de 4 de setembro - Procede à adaptação aos serviços da administração autárquica do sistema integrado de avaliação do desempenho na Administração Pública, aprovado pela Lei n.º 66 -B/2007, de 28 de dezembro;
- Portaria n.º 359/2013 de 13 de dezembro - Aprova os modelos de fichas de autoavaliação e avaliação do desempenho na Administração Pública, as listas de competências e revoga a Portaria n.º 1633/2007, de 31 de dezembro;
- Decreto-Lei n.º 166/2014, de 6 de novembro, alterado e republicado pelo Decreto-lei n.º 46/2019, de 10 de abril - estabelece o regime jurídico do PEPAL;
- Portaria n.º 114/2019, de 15 de abril – regulamenta o PEPAL;
- Portaria n.º 256/2014, de 10 de dezembro - fixa o montante mensal da bolsa de estágio no âmbito do PEPAL;
- Portaria n.º 142/2019, de 14 de maio – fixa o número máximo de estágios na 6.ª edição – 2.ª fase do PEPAL;
- Despacho nº 8035/2019, de 11 de setembro - distribui pelas entidades promotoras o contingente de estágios da 6.ª edição – 2.ª fase do PEPAL;
- Decreto-Lei n.º 86-A/2016 de 29 de dezembro - Define o regime da formação profissional na Administração Pública.

LEGISLAÇÃO NO ÂMBITO DO FUNCIONAMENTO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E LOCAL :

- Lei n.º 29/87, de 30 de junho, na sua redação atual (Estatuto dos Eleitos Locais);
- DL n.º 04/2015 de 07/01 (Código do Procedimento Administrativo);
- Lei n.º 27/96, de 1 de agosto, na sua redação atual (Lei da Tutela Administrativa);
- Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na sua redação atual (Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas);
- Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril, na sua redação atual (Medidas de Modernização Administrativa);
- Lei n.º 75/2013 de 12/09 (Regime Jurídico das Autarquias Locais);
- Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de agosto (Constituição da República Portuguesa,);
- Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, na sua redação atual (Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais);
- Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua atual redação (Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais);
- Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto, na sua atual redação (regime de acesso à informação administrativa e ambiental e de reutilização dos documentos administrativos);
- Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro, na sua redação atual (Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e das Demais Entidades Públicas);
- Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual (Código da Contratação Pública);
- Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro - [Este diploma foi revogado pelo(a) Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com exceção das normas transitórias abrangidas pelos artigos 88.º a 115.º- (Regimes de Vinculação, de Carreiras e das Remunerações dos Trabalhadores que exercem Funções Públicas);
- Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de março, na sua redação atual (Regime Jurídico do Saneamento Financeiro e do Reequilíbrio Financeiro Municipal);
- Decreto. Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de julho (Estabelece os níveis da Tabela Remuneratória Única correspondente às posições remuneratórias das carreiras e categorias gerais);
- Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, na sua redação atual (Regime Jurídico da Organização dos Serviços das Autarquias Locais);
- Lei 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual (Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas);

- Lei n.º 71/2018 de 31 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado de 2019);
- Lei n.º 58/2019 de 8 de agosto (Lei de Proteção de Dados Pessoais).
- Decreto-lei n.º 173/2019, de 13 de dezembro - Adapta o regime de formação profissional à Administração Local.

Nota: devem ser consideradas todas as atualizações e alterações que, entretanto, venham a ser efetuadas à legislação, até à data da realização da prova de conhecimentos.